

## DA ARTE DE MALDIZER: BREVE RELATO ACERCA DE ALGUNS “PAPÉIS DE INFÂMIA” QUE CIRCULARAM NA PARAÍBA (1915 – 2006)

Carmelo Ribeiro do Nascimento Filho

[carmelorbfb@yahoo.com.br](mailto:carmelorbfb@yahoo.com.br)

Mestre em Geografia/Professor substituto de História da Paraíba – UFPB

Palavras chaves: Papéis de infâmia, Paraíba, Política

Na Paraíba a disputa política não se esgota nos palanques, nas conversas de pé de ouvido, nos salões do palácio da Redenção ou no plenário da assembléia legislativa. Desde o século XIX a imprensa ocupou muitas vezes o primeiro plano dos embates entre os chefes políticos locais. Ficaram célebres as disputas entre o Padre Meira e o Padre Lindolfo, e deste último com Cardoso Vieira, que fez publicar o periódico “O Bossuet da Jacoca”, apenas para ridicularizar o adversário. Porém o público que assinava os efêmeros jornais oitocentistas, ainda podia ler, gratuitamente, aquilo que mesmo na leniente imprensa da época, seria impublicável, razão de ser dos boletins anônimos que circulavam pela Cidade da Paraíba. Se acaso, por alguma infelicidade os paraibenses estivessem longe da sua terra e não tivessem a oportunidade de comentar os boletins, poderiam ainda esperar o sábado de aleluia e a leitura dos testamentos dos Judas, pois nos domínios dos liberais ele seria o chefe do Partido Conservador e nos domínios dos conservadores o chefe do Partido Liberal.

No século XX a tradição dos “papéis de infâmia” se manteve, basta ler as páginas d’a União ou do Jornal do Comércio, por ocasião do governo João Pessoa, ou ainda do período pós “Revolução de 30”, quando os insatisfeitos, mesmo ainda sem partido institucionalmente formado, expunham suas queixas nos jornais “Brasil Novo” e “Liberdade”. Os “herdeiros da revolução” respondiam n’a União, que desde 1893 serviu de porta voz aos governos do Estado, seja quem fosse, Alvaristas ou Epitacistas; Condores ou Bacuraus; Goelas ou Jovens Turcos; Progressistas ou Libertadores; Udenistas (Americistas ou Argemiristas) ou Pessedistas e finalmente entre os Arenistas, Agripinistas ou Ernanistas. Essa era a regra mesmo depois da criação da “Justiça eleitoral”, porém, quando a denúncia, em tese, “expressava a voz rouca das ruas”, embora fosse impressa por quem não queria ou não podia se expor, os boletins suspeitíssimos apareciam em todos os lugares da cidade, porém sem assinatura.

Contudo, quando a denúncia podia ser defendida publicamente e havia matéria suficiente para algo mais substancial do que uma página de jornal ou ainda quando o acusador podia mostrar toda a sua inteligência na difícil arte de escrever, então era necessário fazer publicar um livro, ou uma plaquete que fosse, mas que servisse de libelo acusatório contra um adversário político ou um inimigo, que algumas vezes respondia na mesma moeda; caso não tivesse talento, com pena alheia

e, portanto, paga. Algumas vezes a defesa era feita post-mortem por advogados ou parentes em nome da memória de um “ilustre desaparecido da política paraibana”. Praticamente todos os chefes políticos da Paraíba sofreram ou utilizaram este expediente, mesmo durante o Estado Novo e o Regime Militar. Assim foram vítimas e/ou algozes, apenas para citar alguns: Valfredo Leal, Eptácio Pessoa, João Suassuna, João Pessoa, José Américo de Almeida, Antônio Botto de Menezes, Argemiro de Figueiredo, Eptacinho, Ruy Carneiro, João Agripino, Severino Cabral, Pedro Gondim, José Joffily, Ernani Satyro, Ivan Bichara. Alguns deles, inclusive, tiveram a infâmia de terem detratores póstumos.

De todos os libelos difamantes talvez o mais arrasador tenha sido “Desmascarando um mistificador” (1940 – 226p), volume de pouco mais de duzentas páginas em que Eptácio Pessoa Cavalcante de Albuquerque, ministro da Educação e Cultura de Argemiro de Figueiredo, mas também filho de João Pessoa, amigo de Benjamim Vargas e aspirante a interventor escreveu sobre os desmandos do seu chefe e que motivou a substituição do então todo poderoso Argemiro de Figueiredo por Ruy Carneiro. Libelo do qual os argemiristas ainda hoje têm que se defender.

Não é para menos, pois a denúncia é caracterizada como: “o gesto de indignação diante dos atentados do Sr. Argemiro de Figueiredo contra a vida de cidadãos indefesos e contra os interesses de uma coletividade pacífica e laboriosa. Crimes contra vítimas indefesas, sim, que tombaram ensangüentadas pela fuzilaria dos trabucos de cangaceiros metidos na polícia do Estado. Crimes contra a economia dos povos espoliados pelas falências fraudulentas dos protegidos espertos, crimes contra as finanças do Estado, nos desvios dos créditos, na utilização indevida de fundos especiais, na aquisição de prédios para presentes ao interventor, nos peculatos caracterizados pelos recebimentos de verbas pessoais, antecipadamente, de uma só vez, como se verificou com a representação anual da interventoria. Crimes contra o futuro da Paraíba comprometida no seu bom nome, nas glórias da sua tradição, no equilíbrio das suas finanças e da sua economia, pelos erros conscientes dessa administração tão incapaz quanto audaciosa.” Assim nas palavras de Eptacinho: “Era de ver que se impunha contra uma situação assim firmada na injustiça e no crime a reação salutar dos paraibanos decentes. Daí esta denúncia; este inquérito, esta condenação, este livro.”

E a denúncia prossegue: “A zona mais rica do Estado, que é a da indústria açucareira, foi entregue ao domínio da família Ribeiro, conhecida na Paraíba pelos seus processos de violência e intolerância feudal.” O nepotismo foi outra acusação que pesou sobre Argemiro de Figueiredo, pois Eptacinho transcreveu os nomes dos parentes do interventor que tinham sido agraciados com cargos públicos. A lista encheu três páginas do libelo acusatório. Sobre o irmão do interventor, Acácio de Figueiredo, o ex-secretário de Educação acusa: “além de fazer a mais vergonhosa advocacia administrativa, entra violentamente em delegacias de polícia, soltando presos e por vezes

até, rasgando processos de que são réus os mais famosos chefes de grupo armado.” As festas de aniversário, comemoradas com dinheiro público são assim descritas: “Na véspera da festa foram enviados para Campina Grande todos os corpos de tropa da Polícia Militar, sediadas na capital e demais cidades do interior. Foram mesmo suspensas as aulas dos grupos escolares da cidade que ficaram transformados em quartel. Além das tropas de infantaria, seguiram também o esquadrão de cavalaria e o Corpo de Bombeiros de João Pessoa. E assim, diante da estupefação de toda a gente, durante todo o dia 9 de março, de manhã à altas horas da noite comemorou-se o aniversário do interventor.”

E para arrematar: “Como se sabe em março de 1938 lhe foi oferecida uma casa de residência em Campina Grande...

Para sua aquisição concorreram, na subscrição aberta, todas as prefeituras do interior e coletorias estaduais.”

E as denúncias não pararam por aí, de modo que para explicar a utilização do Estado para o seu bem estar e de seus protegidos, Argemiro de Figueiredo preparou a sua defesa em cinco volumes, totalizando mil e quinhentas páginas. A volumosa papelada não convenceu Getúlio Vargas, que o “convidou a pedir demissão”, uma vez que boa parte das denúncias havia sido confirmada por missão de sindicância indicada pelo Catete. Desse modo, apesar da máquina política montada durante a interventoria, que lhe rendeu um futuro político promissor e lhe permitiu disputar a chefia política da Paraíba em boa parte do período 1945 - 1964, depois de “Desmascarando um mistificador”, Argemiro de Figueiredo, apesar de toda a sua reconhecida inteligência e polidez, não se livrou mais da pecha de pérfido e de apesar dos dotes de oratória agir como um velho coronel.

No entanto, o mais espirituoso de todos os libelos difamatórios foi A valfredeida (1915 – 32p) , cujo tema foi retomado em algumas páginas de Fretana (1936 – 269p). Na pequena sátira em versos, em que são descritas a luta política em “Microlândia”, ou seja, a Paraíba, Carlos Dias Fernandes, a serviço do epitacismo, fustiga sem piedade o Monsenhor Lameira, nome com que “carinhosamente” era chamado o Monsenhor Valfredo Leal, que disputava com Eptácio Pessoa a chefia política do Estado, tarefa não muito difícil para o jornalista que era literato de alma e ofício, mas que alguns anos depois lhe valeu algumas bengaladas de José Américo de Almeida, sobrinho do Monsenhor. Este era chamado no libelo de “Lázaro Lameira”.

A valfredeida foi o primeiro libelo em que figurou José Américo de Almeida, sem dúvida o político paraibano que mais foi alvo desses papéis de infâmia. Um dos mais conhecidos contou com a pena de Gustavo Barroso, que a época fazia parte da “santíssima trindade” integralista e que em 1937, quando o paraibano disputava a Presidência da República, lançou “Reflexões de um bode” (1937 – 183p), famoso menos por ser uma blague da primeira novela publicada por José Américo

“Reflexões de uma Cabra”(1922 – 47p) e sobretudo porque em tal libelo o areeinse era acusado de ser comunista e ateu; poucos anos antes o General Albernaz havia espicaçado outra novela sua, “Coiteiros”, na plaquete “Tosquia de um escritor” (1935 – 42p). Os ataques se sucederam, em 1950, respondendo aos ataques de que tinha sido alvo, o então governador da Paraíba, Oswaldo Trigueiro, fez publicar na União e depois em separata, a plaquete “Política paraibana” (1950 – 22p), em que responde ao então senador José Américo de Almeida; em 1951 foi a vez do então jovem João Agripino Filho fazer publicar seus discursos parlamentares em que para escândalo de alguns congressistas expunha os desmandos do então governador da Paraíba, em uma plaquete intitulada “Desmascarando um pregoeiro da democracia” (1951 - 32p), em que Zé Américo recém saído da UDN é acusado de desencadear “sobre seus companheiros de ontem a mais ferrenha, a mais cruel perseguição que a história da Paraíba já registrou até os dias de hoje.” Segundo João Agripino: “ a perseguição política no Estado não parou nos oficiais de justiça. Foi além. Foi aos serventes porteiros de grupos escolares, funcionários que percebiam a diária de Cr\$ 14,00.” Em seguida o então deputado transcreve a lista dos demitidos que constava no Diário Oficial de 9 de março, 6 e 20 de abril. E prossegue: “Enquanto o Sr. José Américo massacra humildes funcionários...como acabei de citar, utiliza boas relações para colocar seus parentes. O seu filho José Américo Filho, para a gerência do IPASE, seu sobrinho José de Almeida Cunha, para tesoureiro daquela mesma repartição e seu parente Pedro Cordeiro para diretor do Fomento Federal”.

E para um balanço geral da administração de José Américo, João Agripino afirma: “aí está no governo da Paraíba, o pregoeiro dos ideais e princípios democráticos...o lutador incansável contra os abusos do poder e a imoralidade administrativa...a reserva moral do Brasil, desmentida por si próprio com seus atos mesquinhos e bárbaros...arrancando com as próprias mãos a máscara que usou por tantos anos”. E por fim: “Aí estão os fatos, os nomes, as datas, tudo definido e concretizado, que sem maior esforço, mostra que no Brasil, não há governo mais truculento, mais imperioso e absoluto, mais vaidoso na prática do mal e menos amigo da verdade que o da Paraíba. Institui o mais bem organizado D. I. P. para que o Brasil não o conheça tal como se tem conduzido no governo. A sua intolerância está acima dos mais nobres sentimentos de humanidade.”

Dessas poucas páginas emerge um Zé Américo vingativo e intolerante, que não deixou de responder ao jovem opositor com o opúsculo “Uma torrente de falsidades” (1951 – 29p). Foi alvo ainda do anônimo “As tradições azarentas” (1950 – 13p), em que os redatores depois de enumerarem e descreverem 28 situações do tipo: “Murilo Lemos, ex-deputado estadual e secretário do governo João Pessoa, ao penetrar na residência do Dr. José Américo de Almeida, à rua das Neves, no Rio de Janeiro, em dias de outubro de 1937, foi fulminado por um colapso cardíaco.”, em que Zé Américo teria dado azar aqueles que privavam da sua intimidade ou daqueles que apenas

tiveram algum contato com ele, advertem: “Se você não quiser ficar PEZADO tire nove cópias da presente e remeta dentro de 72 horas a nove pessoas amigas. O deputado Samuel Duarte foi o primeiro paraibano que recebeu as presentes linhas e como não fez o devido destino, perdeu a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e ainda chora a MAMADA PERDIDA ... O Dr. Antônio Boto de Menezes também não fez e perdeu todas as posições na Paraíba.. O Dr. Rui Carneiro não fez e perdeu o prestígio que tinha para o Presidente da República. – Tome cuidado e evite uma desgraça. Faça e envie dentro de 72 horas, senão padece do fim que levou ao túmulo o boníssimo Pedro Matias Freire, de saudosa memória. Seja previdente, evitando uma grande desgraça.” Tal panfleto foi transcrito no libelo “Folhetim” (1981 – 150p), que igualmente difamava José Américo de Almeida, nota dissonante em meio a dezenas de admiradores sinceros ou bajuladores que publicaram livros e discursos homenageando o antigo líder, morto em 1980.

Contudo, depois da publicação de “As tradições azarentas” além da fama de vingativo, que já acompanhava Zé Américo desde 30, moldou-se como uma luva a de azarento, de modo que passou a ser comum entre os opositores do “Zé do Grito” bater três vezes na madeira depois de pronunciar o nome fatídico, seja por temor, seja por gozação.

Em vida o “vingativo” e “azarado” José Américo respondeu a todos os libelos acusatórios, defendeu-se inclusive da sua fama de azarento e azarado. O “boquirroto” ou o “Robespierre de gelatina” também foi louvado e vituperado por dezenas de cordelistas. Entre os hostis a sua passagem como governador do Estado precisa ser citado o folheto: “A verdade nua e crua sobre a política paraibana. O eleitor arrependido”, de autoria de Manoel Pereira sobrinho, que circulou pouco depois de sua eleição como governador do Estado da Paraíba, quando venceu nas urnas Argemiro de Figueiredo.

João Pessoa, que embora tenha nascido na Paraíba, só participou da vida política do Estado entre 1928 quando assumiu o governo até 1930 quando recebeu o tiro fatal de João Dantas, em vida foi alvo dos “elogios” do Jornal do Comércio, de Pernambuco, que publicara os célebres artigos “As voltas com um doido”, com que João Dantas se defendia de artigos, publicados na União, que traziam manchetes “singelas” do tipo “Os assaltos da quadrilha dos Dantas sobre os dinheiros públicos federais.” e morto, embora tenha sido cantado em prosa e versos por admiradores, foi alvo de dois livros que vieram a luz para “restabelecer a verdade”. São eles: “Agora, a verdade sobre os fatos de 30”, escrito pelo irmão do assassino confesso de João Pessoa, Manuel Duarte Dantas e, “Porque João Dantas Assassinou João Pessoa: o delito do Glória e a tragédia da penitenciária do Recife em 1930”, de Joaquim Moreira Caldas.

João Suassuna, assassinado poucos meses depois da “Revolução” e considerado então inimigo de João Pessoa teve sua memória defendida ainda em 1931 pelos seus advogados, Antônio

Sá e Fernando Nóbrega, que publicaram: Em defesa de uma memória. O ex-presidente João Suassuna perante os tribunais revolucionários. Defesa apresentada à comissão de sindicância pelos advogados da viúva e filhos do saudoso conterrâneo Dr. João Suassuna ex-presidente do Estado da Paraíba. (1931 – 44p). Pedro Gondim, alvo da insatisfação da direita e da esquerda ao mesmo tempo fez publicar em sua defesa “Verdade na justiça” (1966 – 152p), quando deixava o cargo de Governador, substituído por João Agripino, e até mesmo Ruy Carneiro, o homem que segundo o folclore político da Paraíba “demitia alguém com tanta simpatia que era impossível guardar raiva dele”, sofreu os ataques de “Epitacinho” em “Repelindo um caluniador” (1944 – 46p).

Durante a vigência do Estado Autoritário os papéis de infâmia foram menos freqüentes, contudo, em 1978, ano da última eleição indireta para governador, a ARENA encontrava-se dividida entre as candidaturas de Antônio Mariz e Tarcísio Buriti, porém as vagas para senador também eram motivo de disputa entre dois antigos aliados: Ermani Sátyro e Ivan Bichara, o que fez o primeiro publicar o libelo: “A incoerência e a ingratidão de Ivan (1978 – 7p)”, em que o ex-governador demonstra que os panfletos anônimos continuavam a fazer vítimas na Paraíba e acusa Ivan Bichara nos seguintes termos: “A sua agressão mais grave, feita a mim pessoalmente, foi a insinuação embora feita com voz pausada e mansa, como era do seu estilo, que ultimamente tem mudado, foi a insinuação de que eu teria qualquer conivência ou participação numa infame carta anônima, escrita e amplamente divulgada contra ele e sua família. Bastaria isso para nos separar, se ele tivesse tido a coragem de transformar a insinuação em afirmação. Não teve e por isso eu contemporei.”

E para o arremate que lembra as diatribes do Império ou da 1 República: “A outra causa de desentendimentos, já hoje inapelável, foi a rede de intrigas e maledicências em que se deixou envolver. Passaram a dizer-lhe que eu vivia falando de seu filho, que tem o seu mesmo nome. Tudo quanto se diz na Paraíba contra esse rapaz, passou-se a atribuir a mim. Tudo. Eu nunca disse que o rapaz roubava, nunca disse que ele fazia negócios escusos, nunca disse que ele foi obrigado a deixar o Banco do Estado, por ordem do Banco Central, nunca disse que comprou o terreno da boate “O Circo”, nunca disse que vendeu uma frota de automóveis a repartições públicas, nunca disse nada disso. Não o disse porque não sei, e, não sabendo, também não vou fazer acusações levianas. Mas tudo quanto se comenta na Paraíba, sobre esse moço, passou a ser atribuído a mim. Então desabou sobre a minha cabeça todo o ódio e toda a ira do clã. Paciência. Paciência, mas ao mesmo tempo resistência.”

Nas campanhas subseqüentes, com a abertura política, o rádio e a televisão passaram a ter uma importância muito maior que os papéis de infâmia, porém o peso da palavra escrita e a possibilidade do anonimato levaram a que essa tradição não se perdesse de todo. Em 1990 José Joffily no manifesto: “A sucessão estadual” (1990 – 8p), lança as bases da sua candidatura pela

Frente Paraíba Popular, composta pelo: PCB, PC do B, PSB e PT e explica as razões da sua expulsão do PMDB em 1988. Ainda mais recentemente, nas duas últimas eleições para o governo do Estado (2002 e 2006), marcada pela polarização entre dois grupos rivais (Cassistas e Maranhistas) e denúncias de compra de votos e manipulação da mídia, circulou pela cidade e pela internet o violentíssimo folheto anônimo: “O diabo da Paraíba”, encarnado na figura do então candidato e atual governador Cássio Cunha Lima. Os breves versinhos dizem o seguinte:

Estando descansado  
O grão duque Satanás  
Teve uma idéia nociva  
Horripilante e mordaz

Colocou numa caldeira  
Vinte pipas de aguardente  
Dez mil cobras venenosas  
E um diabo demente

Sulimado corrosivo  
Sulfato de estriçnina  
O couro de dez hienas  
Dez quilos de cocaína

Rabujo de dez raposas  
Golfadas de urubu  
O espírito de Caim  
Vinte couros de timbu

Tudo isso colado  
Numa caldeira a ferver  
Tomou forma de gente  
Como o Diabo quis fazer

Satanás achando pouco  
Lambuzou merda de porco

Misturou na parafina  
E ao soltá-lo no mundo  
Batizou a criatura como  
Cássio Cunha Lima.

O quê demonstra cabalmente que a tradição dos papeis de infâmia ainda tem lugar na  
Paraíba do século XXI.